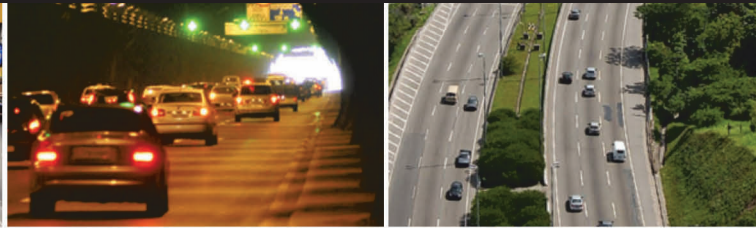




Linha Amarela S.A. - LAMSA
CNPJ nº 00.974.211/0001-25



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

SENHORES ACIONISTAS:

É com satisfação que submetemos a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do parecer dos auditores independentes.

1 - INTRODUÇÃO

Tendo completado 17 anos em 2014, a Linha Amarela se consolidou como um corredor de tráfego fundamental para o deslocamento de seus usuários, contribuindo também para o desenvolvimento econômico dos bairros ligados por ela. A última pesquisa de satisfação mostrou que 80% dos usuários da via avaliam a administração da LAMSA como ótima ou boa. Mesmo com este indicador, a organização busca soluções para melhoria da fluidez do tráfego ao longo de toda a extensão, inclusive com ações fora da via. Passaram por nossa praça de pedágio 51,7 milhões de veículos em 2014, o que reafirma a importância da Linha Amarela como um dos principais eixos viários metropolitanos.

Através do planejamento estratégico da Companhia, desenvolvido de forma participativa e integrada, foram implementadas diversas ações nas áreas de gestão de pessoas, processos, comunicação, relacionamento com os usuários, modernização tecnológica, engenharia, pedágio e operação viária, tendo sempre como propósito dar mais conforto e segurança viária aos seus usuários.

A Linha Amarela S.A. – LAMSA tem sua composição acionária formada exclusivamente pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR. A Invepar é um grupo brasileiro fundado em 2000, que atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. É atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes da América Latina, através de 14 empresas, sendo 12 concessões distribuídas nos 3 segmentos de atuação. Administra um total de 1.964 quilômetros de rodovias sob a gestão de 9 concessionárias: LAMSA - Linha Amarela S.A. (RJ), CLN - Litoral Norte S.A. (BA), CART - Auto Raposo Tavares S.A. (SP), CBN - Bahia Norte S.A. (BA), CRT - Rio Teresópolis S.A. (RJ), CRA - Rota do Atlântico (PE), ViaRio (RJ), BR-040, entre Brasília e Juiz de Fora (MG) e Via Parque Rimac, em Lima,

no Peru, a primeira concessão internacional do grupo. A Invepar opera, em consórcio formado com a ACSA (Airports Company South Africa) e Infraero, o Aeroporto Internacional de São Paulo – GRU Airport, o maior do país, que movimenta cerca de 36 milhões de passageiros. No segmento de mobilidade urbana, está presente por meio do MetrôRio e do VLT Carioca, ambos na cidade do Rio de Janeiro. Comprometida com o desenvolvimento sustentável, a Invepar é signatária do Pacto Global da ONU desde 2010.

2 - AÇÕES DE DESTAQUE EM 2014

Dentre os investimentos e manutenções realizadas no exercício, destacamos a recuperação do pavimento em vários trechos da via, limpeza de rios e canais, contenção de encostas, manutenção de passarelas e túneis, reforço da sinalização vertical e horizontal, manutenção das câmeras e do circuito fechado de TV viário, permitindo monitoramento de 100% da via, aquisição e adaptação de novos veículos para inspeção e reboque, benfeitorias no Túnel Engenheiro Raimundo de Paula Soares, ampliação do edifício sede para abrigar o novo Centro de Controle de Operações (CCO), Centro de Segurança Patrimonial (CSP), Datacenter, além de possibilitar o retrofit do prédio atual em 2015.

3 - ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Obedecendo ao estabelecido no Contrato de Concessão, a tarifa de pedágio foi reajustada em janeiro de 2014, passando de R\$ 5,00 para R\$ 5,50.

Em 2014, a Companhia apresentou resultados positivos dentro das metas estabelecidas, apurando um crescimento de 0,1% em sua receita operacional bruta frente ao inicialmente orçado, com custos realizados abaixo do orçado para o exercício.

4 - ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

A LAMSA acredita na responsabilidade socioambiental como um passo para o desenvolvimento autossustentável das comunidades de seu entorno. Sendo assim, estimula diferentes projetos como forma de combater as desigualdades sociais e promover a inclusão social e geração de trabalho e renda. A responsabilidade socioambiental está presente na missão, visão e no planejamento estratégico, sendo expressa em suas ações e no relacionamento ético mantido com todos os públicos de relacionamento.

Com este espírito, gradativamente são ampliados os resultados provenientes dos projetos socioambientais desenvolvidos e, consequentemente, o crescente reconhecimento dos parceiros, da sociedade e das comunidades do entorno da via.

Em 2014 os investimentos sociais com recursos próprios foram de R\$ 450 mil. Esse valor foi acrescido pela utilização de recursos incentivados, como política de desoneração, através do aproveitamento das Leis Federais Rouanet, Incentivo ao Esporte e Fundação para a Infância e Adolescência - FIA, no montante de R\$ 1.022 mil e da Lei Municipal de Incentivo a Cultura-ISS, no montante de R\$ 1.041 mil, totalizando R\$ 2.513 mil. Com esses recursos foram realizados diversos projetos e campanhas voltadas para cultura, esporte, lazer, educação, saúde e meio ambiente, que alcançaram as 21 comunidades em seu entorno, beneficiando aproximadamente 79 mil pessoas.

5 - RECURSOS HUMANOS

A valorização dos seus recursos humanos é uma questão estratégica para a LAMSA, que investe continuamente em treinamentos, no desenvolvimento profissional e na satisfação de seus colaboradores. A Companhia mantém políticas de remuneração e benefícios compatíveis com as melhores práticas de mercado.

6 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Como determina a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que os Auditores Independentes não realizaram nenhum outro serviço além do acima referido.

7 - AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os colaboradores da LAMSA pela dedicação e empenho no desenvolvimento de suas atividades, à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, aos nossos Acionistas pela confiança na administração da companhia e a todas as instituições, prestadores de serviços e fornecedores que contribuíram para o êxito alcançado neste exercício.

Rio de Janeiro, 24 de Março de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	5.524	4.139	Fornecedores.....	830	1.401
Aplicação financeira (Nota 5).....	5.693	–	Debêntures (Nota 12).....	22.064	3.424
Contas a receber (Nota 6).....	12.211	11.138	Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 7.b.)....	2.755	3.265
Impostos a recuperar (Nota 7.a.).....	–	1.827	Imposto de renda e contribuição social a recolher (Nota 7.c.).....	15.751	9.232
Debêntures (Nota 9).....	8.734	1.226	Obrigações trabalhistas.....	5.654	5.553
Partes relacionadas (Nota 9).....	5.716	5.325	Partes relacionadas (Nota 9).....	1.211	3.136
Despesas antecipadas.....	1.882	1.120	Dividendos a pagar (Nota 9).....	–	7.002
Indenizações de seguros.....	3.507	1.092	Outras obrigações.....	–	717
Outros créditos.....	960	717	Total do passivo circulante.....	48.265	33.730
Total do ativo circulante.....	44.227	26.584	NÃO CIRCULANTE		
NÃO CIRCULANTE			Debêntures (Nota 12).....	367.923	386.722
Debêntures (Nota 9).....	146.676	154.170	Provisão para riscos (Nota 13).....	505	515
Depósitos judiciais (Nota 8).....	2.882	2.737	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.d.).....	3.897	4.232
Partes relacionadas (Nota 9).....	–	151	Total do passivo não circulante.....	372.325	391.469
Investimento.....	145	145	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)		
Imobilizado (Nota 10).....	20.925	19.172	Capital social.....	54.118	54.118
Intangível (Nota 11).....	320.687	325.059	Reservas de lucros.....	10.824	10.824
Total do ativo não circulante.....	491.315	501.434	Dividendos adicionais.....	50.010	37.877
TOTAL DO ATIVO.....	535.542	528.018	Total do patrimônio líquido.....	114.952	102.819
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	535.542	528.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendo adicional	Total
Juros sobre capital próprio.....	–	–	(26.690)	(71.353)	(98.043)
Lucro líquido do exercício.....	–	–	86.090	–	86.090
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,1381 por lote mil ações).....	–	–	(21.523)	–	(21.523)
Dividendos adicionais a distribuir (R\$ 0,2431 por lote mil ações).....	–	–	(37.877)	37.877	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.....	54.118	10.824	–	37.877	102.819
Dividendos pagos (R\$ 0,2431 por lote mil ações) (Nota 14.c.).....	–	–	–	(37.877)	(37.877)
Dividendos intermediários (R\$ 0,2941 por lote mil ações) (Nota 14.c.).....	–	–	(45.822)	–	(45.822)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,1538 por lote mil ações) (Nota 14.c.).....	–	–	(23.958)	23.958	–
Dividendos adicionais a distribuir (R\$ 0,1672 por lote mil ações) (Nota 14.c.).....	–	–	(26.052)	26.052	–
Lucro líquido do exercício.....	–	–	95.832	–	95.832
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.....	54.118	10.824	–	50.010	114.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$)

1. Informações Gerais

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ, foi constituída em 21 de novembro de 1995, na forma de sociedade anônima de capital fechado, com propósito específico - SPE. Tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 480 meses contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, encerrando-se em dezembro de 2037 conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010. A LAMSA é controlada pela Investimento e Participação em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém a totalidade do capital da Companhia. Na operação da LAMSA não há o efeito da sazonalidade devido a característica da via, trafegando em média 142 mil veículos por dia.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 26 de março de 2015 pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.3. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receitas de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Receitas	283.986	258.943
Prestação de serviço (Nota 15).....	285.003	255.731
Receita de construção (Nota 15).....	1.212	2.805
Provisão para devores duvidosos.....	(2.400)	–
Outras receitas.....	171	407
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI).....	(42.306)	(42.293)
Custos de serviços prestados.....	(21.339)	(20.871)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(19.303)	(16.515)
(Perda) / Recuperação de valores ativos.....	(461)	(2.130)
Custo de construção (Nota 17).....	(1.203)	(2.777)
Valor adicionado bruto.....	241.680	216.650
Retenções (Notas 10 e 11).....	(21.802)	(21.987)
Depreciação e amortização.....	(21.802)	(21.987)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade.....	219.878	194.663
Valor adicionado recebido em transferência.....	–	–
Receitas financeiras (Nota 16).....	17.356	17.267
Valor adicionado total a distribuir.....	237.234	211.930
Distribuição do valor adicionado.....	237.234	211.930
Pessoal e encargos.....	23.885	22.516
Remuneração direta.....	17.545	16.686
Benefícios.....	4.870	4.367
FGTS.....	1.458	1.375
Outros.....	13	88
Impostos, taxas e contribuições.....	78.163	65.649
Federais.....	63.246	52.318
Municipais.....	14.445	13.010
Estaduais.....	472	321
Remuneração capital de terceiros.....	39.353	37.675
Juros.....	39.047	37.418
Aluguéis.....	306	257
Remuneração de capital próprio.....	95.832	86.090
Lucros retidos.....	50.010	48.213
Dividendos.....	45.822	37.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18). A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.8. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado a medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	2014	2013
Receita líquida de serviços (Nota 15).....	260.156	233.387
Receita de construção (Nota 15).....	1.212	2.805
Receita Líquida.....	261.368	236.192
Custo dos serviços prestados (Nota 17).....	(65.265)	(59.843)
Custo de construção (Nota 17).....	(1.203)	(2.777)
Lucro Bruto.....	194.900	173.572
Despesas e receitas operacionais Gerais e administrativas (Nota 17).....	(29.064)	(28.781)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas.....	171	407
Total.....	166.007	145.198
Receitas (Despesas) Financeiras		
Receitas financeiras (Nota 16).....	17.356	17.267
Despesas financeiras (Nota 16).....	(39.099)	(37.496)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social.....	144.264	124.969
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 7.d.).....	(48.767)	(39.343)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.d.).....	335	464
Lucro Líquido do Exercício.....	95.832	86.090
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$) (Nota 21).....	613.63	552.63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício.....	95.832	86.090
Outros resultados abrangentes.....	–	–
Resultado abrangente total do exercício.....	95.832	86.090

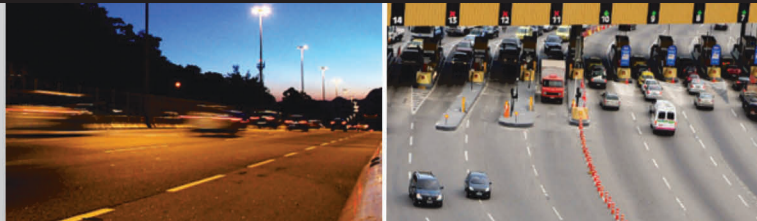
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.....	144.264	124.969
Ajustes:		
Margem de construção.....	(9)	(28)
Depreciação e amortização.....	21.802	21.987
Baixa de bens do imobilizado e intangível.....	56	583
Provisão para riscos.....	(10)	60
Variações monetárias, cambiais e encargos – líquidas.....	22.552	22.242
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes (Nota 6).....	(1.073)	1.056
Depósitos judiciais.....	–	(123)
Impostos correntes a recuperar (Nota 7.a.).....	5.322	(888)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(29.301)	(38



Linha Amarela S.A. - LAMSA
CNPJ nº 00.974.211/0001-25



que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social.....	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.....	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza.....	ISS	2,00% a 5,00%	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12), levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.14. Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado ("PLR")

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.18. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com

o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2.19. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.20. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.21. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros do grupo, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. O grupo quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32 - Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O grupo não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos - O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O grupo não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

2.22. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos pronunciamentos contábeis
a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014:

IAS 32/CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensações de Ativos e Passivos - Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.

IAS 36 - Impairment de ativos (CPC 01) - Adicional orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa.

IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (CPC 38) - Adicional orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar "hedge accounting" se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.

b) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigente:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014:

• Alteração no IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados - alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço.

• Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 - pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts - aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.

• Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.

• Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de "bearer plants" no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras, no entanto não são esperados impactos.

3. Contrato de Concessão

A Companhia detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi iniciado em janeiro de 1998, com prazo de 40 anos, concessão que foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-"E". Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, estimadas em R\$251.698, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente à melhoria da fluidez viária, como segue:

- Construção de um viaduto na Abolição conectando os trechos da Rua Abolição.
- Construção de 2 viadutos em Bonsucesso, ligando as Av. Itaoca e Av. Democráticos às Av. Londres e Rua Aguiar Moreira.
- Viadutos de interseção nas Av. Américas e Av. Salvador Allende.
- Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente a Fiocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho.
- Recuperação do pavimento na Linha Vermelha.
- Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha.
- Construção de pista na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno.
- Ampliação do viaduto de Manginhos e de seus acessos.
- Urbanização de parques lineares em torno da via.

Como contrapartida destes Investimentos que foram realizados e concluídos pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos, estendendo até 2037, e reajustou a tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015.

De acordo com o contrato de concessão, a tarifa é ajustada anualmente no 1º dia de cada ano. No dia 04 de janeiro de 2015 ocorreu o reajuste contratual da tarifa.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos.....	3.090	4.139
Certificado de depósitos bancários - CDB	2.434	—
Caixa e equivalentes de caixa	5.524	4.139

As aplicações em CDB's são remunerados por taxas que variam entre 90% e 100% e o mesmo possui liquidez diária podendo os valores serem resgatados a qualquer momento sem alteração significativa de valor.

5. Aplicações Financeiras

	Taxa média	Vencimento	31/12/2014
Fundo exclusivo	100,6%	nov/26	
Letras financeiras do tesouro			223
Certificados de Depósito Bancário - CDB ...			796
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional			53
Debênture			4.621
			5.693

Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Fazem parte deste fundo, a Invepar, o MetrôBarra, o MetrôRio, a Via 040 e a LAMSA.

6. Contas a Receber

	31/12/2014	31/12/2013
Pedágio eletrônico(a).....	12.183	10.016
Outros	29	30
	12.211	11.138

(a) Receita de pedágio apurada pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da via. Em 31 de dezembro de 2014 não havia valores vencidos nas contas a receber da Companhia referentes a esta modalidade de cobrança, seu prazo médio de recebimento é de 30 dias.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosos

	31/12/2014
Saldo no início do período	—
Adições	(2.400)
Reversões	2.400
Saldo no fim do período	—

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

7. Impostos, Taxas e Contribuições

a) Impostos a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos retidos na fonte (a)	—	1.699
Imposto sobre serviços	—	128
Total	—	1.827

(a) Os impostos retidos na fonte referem-se as operações financeiras.

b) Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto sobre serviço	1.348	1.132
Impostos retidos na fonte	287	953
Contribuição para financiamento da seguridade social - Cofins	763	670
Programa de integração social - PIS	165	145
Outros	192	365
Total	2.755	3.265

c) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda.....	11.429	6.623
Contribuição social	4.322	2.609
Total	15.751	9.232

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Natureza	31/12/2014	31/12/2013	Fundamento para realização
Provisão para riscos...	172	192	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Provisões não dedutíveis	269	—	Expectativa de realização conforme realização da despesa/custo.
Participação nos lucros e resultados..	1.021	933	Expectativa de realização conforme pagamento de participação nos lucros e resultados da CIA.
Regime Tributário de Transição - RTT(*)	(5.359)	(5.357)	Expectativa de realização conforme definido pela Lei 12.973/14, Inciso IV do artigo 69.
	(3.897)	(4.232)	
Impostos diferidos – Ativo	1.462	1.125	
Impostos diferidos – Passivo	(5.359)	(5.357)	

(*) Refere-se a amortização do investimento até 2037 e margem de construção.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	31/12/2014
2015.....	1.322
2016.....	32
2017.....	32
2018.....	32
2019.....	32
2020	12
	1.462

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	144.265	124.969
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(49.050)	(42.489)
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período		
Adições permanentes.....	(808)	(1.059)
Exclusões permanentes	168	3.951
Outros	1.258	718
Total dos impostos no resultado	(48.432)	(38.879)
IR e CSLL correntes	(48.767)	(39.343)
IR e CSLL diferidos	335	464

8. Depósitos Judiciais

	31/12/2014	31/12/2013
Civil.....	91	91
Tributário	2.630	2.485
Trabalhista	161	161
Total	2.882	2.737



A Companhia não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

20. Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber e debêntures. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subseqüentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e debêntures, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação da CDI. As taxas de juros das debêntures estão vinculadas à variação da TR.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta valores a receber com as empresas, DBTRANS R\$275, Visa-Vale Pedágio R\$28, CGMP-Via Fácil R\$11.897 e ConectCar R\$10, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico pagamento de pedágio, registrados na

rubrica "Clientes".

d) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I provável	Cenário A	Cenário B
DI	12,14%	9,11%	6,07%
TR ativo	1,53%	1,15%	0,77%
TR passivo	1,53%	1,91%	2,30%
SELIC	12,31%	9,23%	6,16%
IPCA	6,80%	5,10%	3,40%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Operação	Risco	Cenário			
		31/12/2014	provável	A	B
Caixa e Equivalente de caixa	DI	2.434	295	222	148
Aplicações Financeiras					
Fundo mover					
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	223	27	21	14
Títulos públicos federais - NTN-B	IPCA	53	4	3	2
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	796	97	72	48
Debêntures	DI	4.621	561	421	280
Debênture CEF	TR	389.987	5.967	7.459	8.950
Debênture Metrô a receber	TR	155.409	2.378	1.783	1.189

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício de 2014.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014.

21. Resultado por Ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais

da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	31.940	63.891	95.832	28.694	57.396	86.090
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações - milhares de ações	51.927	103.855	155.782	51.927	103.855	155.782
Resultado básico e diluído por ação	615.09	615.19		552.58	552.66	

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações. A Companhia não possui instrumentos diluidores.

22. Outros Assuntos

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. Sancionada pelo Executivo Federal, a norma mantém os preceitos tributários existentes na MP 627, principalmente no que diz respeito à adoção antecipada da extinção do RTT ainda em 2014, que permanece como opcional, porém sem qualquer vinculação a eventos passados de distribuição de lucros, avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio, não existindo, desta forma, efeitos tributários para aqueles que não aderirem à opção apresentada. A Companhia avaliou os impactos desta lei e definiu que a adoção será manifestada, através da DCTF referente a dezembro de 2014 (IN 1.499/14), da seguinte forma: (i) não haverá adoção antecipada referente as regras dos arts. 1º, 2º e 4º a 7º e as regras dos arts. 76 a 92. A administração não espera impactos significativos no próximo exercício.

23. Transação não Caixa

A Companhia possui no período a transação não caixa conforme segue abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	182	408
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamento e mútuos no resultado e não pagos	3.265	3.424
Saldo final	3.447	3.832

A ADMINISTRAÇÃO

William de Souza Maia

Contador - CRC: 104673/O-2 CRC RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Linha Amarela S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Linha Amarela S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela Legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva, datado de 20 de março de 2014.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4